



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

SUBCOMISSÃO DE CULTURA
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: DHEISON SILVA

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 26 de novembro de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

21557

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Declaro abertos os trabalhos da terceira audiência pública semipresencial da Subcomissão de Cultura do ano de 2025, criada no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento, convocada para hoje, 26 de novembro.

Esta audiência pública tem por objeto discutir a difusão do hip-hop, seus desafios e perspectivas, conforme requerimento nº 29/2025, aprovado em reunião, de autoria deste Vereador, Dheison Silva.

Informo que esta reunião está sendo realizada de forma semipresencial na Sala Sérgio Vieira de Mello, de forma virtual por meio do aplicativo Microsoft Teams e transmitida ao vivo no endereço <https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/> e pelo canal da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para esta audiência vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 31 de outubro de 2025, e as inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, no mesmo dia, no endereço <https://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas/>.

Para compor a Mesa, convido os Srs.: o Sr. Marcelo Igor de Souza, mais conhecido como Marcelo Cavanha, Coordenador do Núcleo de Hip-Hop da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, neste ato representando o Secretário José Antônio Silva Parente, o Totó; Alessandro Azevedo, Coordenador do Escritório Estadual do Ministério da Cultura em São Paulo; Vitória de Lima Santos, conhecida como Poeta Rebelião nas redes sociais; Sr. Ruberval Marcelo Oliveira, o MC Who; Iraidez Simoni Cardozo dos Santos, do Grupo Aliança Negra Posse de Periferia; Rapper Pirata, Coordenador do Fórum Hip-Hop do Município de São Paulo, e Antônio Carlos de Araújo, o DJ Tony Di, produtor e compositor. Agradeço a presença de todos.

Como Presidente da Subcomissão de Cultura da Câmara Municipal de São Paulo, fico muito feliz de podermos fazer este debate. É fundamental discutirmos uma linguagem cultural tão importante como o hip-hop, que, assim como o rap, é a identidade da periferia paulistana.

Como o calendário não nos propiciou trazer mais pessoas para este debate, escolhemos este espaço menor, onde poderemos conversar olho no olho e nos sentirmos à

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21557 DATA: 26/11/2025 FL: 2 DE 38

fls. 5

vontade para falar tudo o que pensamos sobre os desafios enfrentados pelo Legislativo e pelo Executivo.

Agradeço ao Marcelo Cavanha por estar presente. É superimportante a gente ter esse diálogo com a Secretaria Municipal de Cultura e, sobretudo, com todo mundo que coordena cada área. Agradeço também a presença de Josie Priscila, Coordenadora de Casas de Cultura, e a de Pedro Leão, representante da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, que sempre participa das nossas reuniões da Subcomissão de Cultura.

Convido todos vocês para se engajarem na militância da Subcomissão de Cultura, que exerce um papel extremamente importante. Antes mesmo de me eleger Vereador, já existia demanda dos movimentos e dos fazedores de cultura por um espaço para discutir o orçamento da cidade de São Paulo.

Nesta Casa, além da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, por onde passam todos os projetos de lei para serem instruídos, foi criada a Subcomissão de Cultura, vinculada à Comissão de Finanças e Orçamento, que tem um papel relevante não só discutir os projetos apresentados, mas, sobretudo, de ajudar a fiscalizar as leis de fomento e a execução do orçamento da cultura na cidade de São Paulo.

Para o ano que vem, a cidade de São Paulo destinará 135 bilhões de reais para a Pasta da Cultura. É por isso que estamos discutindo a Peça Orçamentária. Tivemos várias audiências públicas, uma inclusive específica para o tema cultura, que contou com a presença do Secretário Totó Parente, uma demanda da Subcomissão de Cultura, que tem a pretensão de realizar mais audiências ao longo do ano que vem.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. Alessandro Azevedo, representante do Ministério da Cultura, para uma rápida saudação.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Boa noite a todos e todas. Saúdo os que estão presentes nesta Casa e os que nos assistem por meio virtual.

É de extrema importância, Vereador Dheison, a realização desta audiência com a participação de movimentos de cultura, como o hip-hop, que é mais do que uma linguagem não

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21557 DATA: 26/11/2025 FL: 3 DE 38

fls. 6

só para mim como para tantas pessoas. É um movimento amplo que surgiu nas quebradas, nas periferias, mas hoje transcende tudo isso. Ele também é transversal a várias outras linguagens.

Como o Ministério entra nessa história? O tema foi abordado em uma pequena Comissão, e eu sugeri que a gente o debatesse nesta Casa, mais especificamente na Subcomissão de Cultura, vinculada à Comissão de Finanças e Orçamento, na qual é discutido o Orçamento da cidade de São Paulo.

Discutir a atual situação do hip-hop na cidade de São Paulo e buscar este Parlamento como aliado de políticas públicas municipais é fundamental. Tão importante quanto discutir a possibilidade de um projeto de lei que trate das batalhas de rima, demanda trazida pelo movimento e sugerida por mim a V.Exa., Vereador Dheison, que é Presidente da Subcomissão de Cultura.

Aproveito a oportunidade para saudar a Ministra Margareth Menezes e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Alessandro.

Na dinâmica dos pronunciamentos, ficou estabelecido que primeiramente falará o Sr. Marcelo Cavanha, que fará uma apresentação. Logo após, disponibilizaremos a palavra aos membros da Mesa e, em seguida, aos que quiserem se manifestar, virtual ou presencialmente. Para finalizar, após minhas considerações, a palavra será ofertada para as respostas e considerações finais de todos da Mesa.

Tem a palavra o Sr. Marcelo Cavanha.

O SR. MARCELO IGOR DE SOUZA (Marcelo Cavanha) – Boa noite. Na figura do Vereador Dheison, saúdo todos da Mesa e todos os que estão aqui para trocar uma ideia sobre as políticas públicas voltadas ao hip-hop na cidade de São Paulo.

De antemão, me coloco à disposição dos gabinetes e também da Subcomissão para conversar e participar de audiências sobre o tema.

Acho que esse diálogo com o movimento é extremamente importante. Na Secretaria,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21557 DATA: 26/11/2025 FL: 4 DE 38

fls. 7

estou como Coordenador do Núcleo de Hip-Hop e já venho, nos últimos meses, fazendo uma escuta, uma conversa com o movimento. Dentre algumas questões que são discutidas mensalmente, a gente foi fazendo a prestação de contas e o passo a passo de como andam os editais.

Vou rapidamente apresentar um PowerPoint em *slides*. Foram os dois principais editais do Núcleo de Hip-Hop da Secretaria: o Mês do Hip-Hop e o Território Hip-Hop 2024 e 2025. No ano de 2024, quando íamos realizar o Território Hip-Hop, dois dias antes da finalização do processo de habilitação dos inscritos, o cofre fechou e a gente não pôde realizá-lo. Houve o compromisso assumido pelo Núcleo de Hip-Hop com o Secretário Totó Parente de que iríamos realizar o Território Hip-Hop 2024 no ano de 2025, com orçamento de 2025, e também o comprometimento da realização do Território 2025.

Passo a mostrar os dados dos editais do Mês do Hip-Hop.

- Orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. MARCELO IGOR DE SOUZA (Marcelo Cavanha) – O número de inscritos gerais habilitados do Território Hip-Hop foi de 2.852, com 1.245 atividades contratadas. O valor investido foi de 2,767 milhões e, entre PJ e PF, um valor congelado de 914 mil reais.

Historicamente, a Secretaria de Educação sempre foi uma parceira do Mês do Hip-Hop, aportando valores, como no ano de 2024. Mas no ano de 2025, fomos informados de que não iria acontecer por uma questão orçamentária. Então, além da questão do congelamento, ainda tivemos a questão da falta de verba orçamentária da Secretaria de Educação.

Distribuição das contratações por mês. No mês de março, foram oito que participaram da atividade de abertura do Mês do Hip-Hop, apesar de alguns artistas não terem estado no Território. Gosto sempre de salientar que, no orçamento para eventos desse tipo, como a abertura e o encerramento do Mês do Hip-Hop e o Território Hip-Hop, o orçamento de contratação de artistas não é utilizado com os que não estão participando, apenas com os habilitados naquele mês

Em abril, foram 131 inscritos. Em maio, por conta das contratações da Virada

Cultural, houve uma queda e somente 37 se inscreveram. Em junho, 235; em julho, 288; em agosto, 150; em setembro, 209; em outubro, 187, encerrando as contratações do Mês do Hip-Hop.

Por categoria, foram contratados 583 MCs individual/grupo; 277 grafiteiros; 176 DJs; 118 grupos ou individuais de *Breaking* individual/grupo; 47 batalhas; 26 palestras e debates e 18 *podcasts* – lembrando que os *podcasts* têm como premissa ser única e exclusivamente sobre a cultura hip-hop.

Distribuição étnico-racial. De pretos e pretas, 871; de pardos, 337; de indígenas, 34; de amarelos, 3.

No edital do Mês do Hip-Hop, há uma ação afirmativa de 56% das cotas para os habilitados que se autodeclararam pretos e pardos, LGBTQs, PCDs e indígenas.

Em edições anteriores do Mês do Hip-Hop, os candidatos eram chamados para apresentação a partir da ordem de inscrição. Isso fez com que, em algumas edições, houvesse uma maioria de brancos, não se cumprindo as ações afirmativas. Neste ano, a partir de sorteio para a ordem de contratação, fizemos esse recorte dos 56% que se autodeclararam, e, por isso, acabou não havendo MCs brancos. Alguns MCs brancos e brancas do hip-hop que se apresentaram, estavam em outra categoria, como, por exemplo, LGBTQs.

Distribuição por gênero. Homens cisgênero, 932; mulheres cisgênero, 236; mulheres LGBTQIAPN+, 51; homens LGBTQIAPN+, 26.

Para o Território Hip-Hop, foram 137 inscrições habilitadas, num total de contratações e atividades via edital, com valor de contratação de 492.250 reais. Na edição de 2024, de julho a setembro, foram 79 habilitados de um total de 90, sendo 80 arte-educadores e 10 coordenadores pedagógicos territoriais. Não se chegou a esse número porque pessoas que foram habilitadas declinaram do processo. Por uma questão orçamentária, da edição de julho a setembro, foram 21, no valor de 57.750 reais

Distribuição por linguagem. Em 2024, 69 artistas e arte-educadores, 10 coordenadores pedagógicos; 17 MCs; 16 DJs; 13 grafiteiros; 13 em *breaking* e 10 em produção

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21557 DATA: 26/11/2025 FL: 6 DE 38

fls. 9

cultural, que é uma das categorias do Território.

Distribuição étnico-racial do Território Hip-Hop. Foram 55 pretos e pretas; 19 brancos; 9 indígenas.

Distribuição por gênero em 2024. Foram 46 homens cisgênero; 28 mulheres cisgênero; 5 pessoas transgênero.

No Território Hip-Hop de 2025, foram 18 arte-educadoras e 3 coordenadores pedagógicos territoriais. Quanto à distribuição de categoria, foram 8 *breakings*, 5 MCs, 2 DJs, 2 grafiteiros e 1 da produção cultural.

Distribuição étnico-racial do Território Hip-Hop 2025. Foram 12 pretos e 9 brancos.

Distribuição de gênero da edição de 2025. Foram 11 homens cisgêneros; 9 mulheres cisgêneros; 2 pessoas transgêneras.

Encerro aqui a apresentação. Para quem quiser rever este PowerPoint, poderá ser disponibilizado. Vim mais para conversar, discutir, ouvir vocês para a gente conseguir avançar.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Sr. Cavanha.

Passo a palavra à Sra. Iraidez Simoni Cardozo dos Santos.

A SRA. IRAIDEZ SIMONI CARDOZO DOS SANTOS – Boa noite a todas e a todos os presentes. É claro que, antes de tudo, agradeço ao nosso Vereador, que propôs esta audiência pública. Isso é de extrema importância para a gente, principalmente para mim, que venho de lá, do território de Cidade Tiradentes. Estar aqui, hoje, participando desta audiência pública e levando essas informações para o território, para o pessoal que ainda pratica a cultura hip-hop naquele território é de suma importância.

Também agradeço ao Alessandro, representante do MinC, e ao Cavanha, representante do Núcleo de Hip-Hop da Secretaria de Cultura e Economia Criativa.

Sou Simoni, faço parte da Aliança Cultural Negra Posse, atuante na Cidade Tiradentes e em outros tantos territórios, e estou aqui hoje para a gente bater um papo, promover um diálogo, principalmente com o nosso gestor, o Cavanha, para a gente tentar entender melhor

e levar essas informações de uma forma mais ampla, tirando essas dúvidas e cobrando, que é o papel nosso como sociedade civil, porque o processo ainda é muito nebuloso para muitos do território.

Estou aprendendo, patinando nessa caminhada. Lidar com hip-hop e política não fazia muito parte da nossa forma de trabalhar. A Aliança Negra sempre foi um coletivo muito apolítico e hoje a gente entende a importância de trazer o nosso ponto de vista, as nossas dificuldades, o nosso jeito de praticar a cultura, de uma forma muito mais próxima do Poder Público. Isso é maravilhoso para a gente.

É claro que a gente da cultura hip-hop ainda tem muita dificuldade para entender o mecanismo do Núcleo de Hip-Hop. Inclusive eu disse isto com uma outra mana, uma mulher preta: “A gente precisa entender o Núcleo”. Já falamos isso com o Cavanha para que a gente tentar trabalhar essa ferramenta. Por mais que a gente procure informações via rede, ainda assim, a gente não consegue formar uma opinião mais concreta ou saber como é que se dá isso, como é que a gente faz, como sociedade civil e praticante da cultura, para apresentar as nossas propostas e, de preferência, fazer com que, dentro daquela competência da cadeira, elas sejam cumpridas.

Infelizmente, a gente às vezes não consegue ter essa compreensão e acaba cobrando do Cavanha. Como eu já disse em outra audiência: “Café, quando da torneira sai, é água”. Se é que vocês me entendem, a gente não consegue. Como é que a gente faz, então, para dialogar, para acessar melhor, para trocar essa ideia, para ajudar em algumas dificuldades, para levar essas informações para a periferia?

Falo disso porque essa não é só uma observação ou dificuldade minha, mas de boa parte das pessoas que hoje pratica o hip-hop. Você acredita, Cavanha, que há algumas que nem sabem que existe a cadeira do Núcleo? Por isso, a gente também faz esse papel de passar essas informações, como a gente também está passando as informações das Frentes Parlamentares em Defesa do Hip-Hop, a federal, a estadual e, em breve, a municipal.

É importante a gente falar dessas ferramentas, principalmente em audiência pública

para que a sociedade civil, de fato, possa participar de tudo o que acontece no hip-hop, para que a gente consiga democratizar esses acessos o máximo possível. Como sempre falo para eles e falo, hoje para os presentes, também estou aprendendo muito com tudo isso.

Uma coisa que a gente quer é somar forças e manter nosso Núcleo de Hip-Hop funcionando a todo vapor, manter esses diálogos com os nossos representantes políticos a fim de conseguir melhorar os acessos, mas que eles tenham a nossa cara. E essa é uma crítica que faço. Com certa frequência, a gente vê pessoas participando de algumas decisões importantes para a gente do hip-hop, mas, às vezes, a quebrada não compreende, e a gente não consegue passar essa informação mais política, mais técnica para que as coisas aconteçam.

Hoje, há a Lei da Batalha Hip-Hop, que o Who está promovendo. A molecada da batalha vai demorar um pouquinho para assimilar, para ler, para entender. É um processo muito difícil e, como representantes de territórios, principalmente dos mais distantes, temos que aprender e tentar compreender para levar essas informações. Da conversa que já tive com o Who, precisamos fazer com que a sociedade civil, de fato, participe – e não apenas uma pessoa, um representante. A maioria tenta fazer o seu melhor, mas que a sociedade civil participe de fato.

Como já falei, hoje é um dia difícil para a quebrada estar aqui participando, apesar de muitos quererem. Isso me dói muito. Na minha idade, estou conseguindo uma flexibilidade para estar em algumas reuniões, mas a juventude periférica da quebrada não consegue sair do emprego e vir a uma reunião importantíssima como esta para discutir a arte que eles praticam e dar sua opinião, botar sua cara e a sua digital naquilo que deveria estar sendo decidido por eles e para eles.

O ponto é este: a gente precisa fazer essa conversa e ter o entendimento de como funcionam esses acessos às políticas públicas, para que elas de fato cheguem aos territórios.

Comecei a viver aquilombada aos 14 anos. O que chamo de “aquilombada”? Assim que entendi o que era a cultura, 15 dias após ter conhecido a cultura hip-hop, me apaixonei e já comecei a caminhar com o coletivo Aliança Negra Posse.

É importante para a gente – principalmente, para mim, que há 35 anos pratico e acompanho a cultura hip-hop – o retorno das posses. Vejo que em muitos debates, as posses – lugares onde se fazia a escuta e a troca do fardo da vida e do saber e do conhecimento – são esquecidas. Eram as posses que recebiam semanalmente os jovens, levando conhecimento e permitindo conversas e diálogos. Tudo a gente podia trocar, minimizando as coisas que aconteciam no dia a dia dos jovens da época. Acredito que ainda hoje isso seja importante.

Também gostaria de relembrar a importância das posses, de a gente fazer o fortalecimento do retorno dessas organizações. A gente sabe que hoje existem muitos coletivos de rap, mas eu não sei se eles oferecem a estrutura oferecida pelas posses.

Encerro por aqui. A gente vai trocando essa ideia. Mais uma vez, agradeço a todos.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Sra. Simoni.

Passo a palavra para a Sra. Vitória de Lima Santos, a Poeta Rebelião.

A SRA. VITÓRIA DE LIMA SANTOS (Poeta Rebelião) – Salve, gente! Boa noite.

Sou conhecida como Poeta Rebelião, vice-presidente da União Estadual dos Estudantes, entidade estudantil que representa todos os estudantes do estado de São Paulo.

Como campeã nacional de batalha de *slam*, competição de poesia falada, vou fazer um breve histórico do torneio. O *slam* nasceu na década de 80, em Chicago, fundado por Mark Smith, que teve a ideia de entender que o pessoal de periferia, das margens também poderia fazer sua poesia e se expressar.

Desde a Antiguidade, sempre foram os ricos, os da elite que se reuniam para fazer suas poesias, e o *slam* nasceu dessa ideia de poder ridicularizar o que as elites faziam na Antiguidade e poder falar um pouco mais sobre a realidade que a gente sente na pele todos os dias. Inclusive, coordeno o Slam Palmares, um torneio itinerante, que tem a missão importantíssima de ir às escolas e às universidades para formar uma nova geração de poetas, pessoas que vivem da poesia.

O *slam* é um miniverso no qual a cultura hip-hop salva vidas. Muitos trocaram a ponto

40 por papel, caneta e tinta. Porque, entendemos, também. que o papel central do *slam* é poder representar, mas também poder contar as nossas realidades. Então, quando a gente está no movimento cultural, a gente consegue ser ouvido e falar das nossas dores, do que atravessa o nosso peito e do que atravessa o dia a dia das periferias.

Organizamos várias batalhas de rima e o temos visto nesse último período, inclusive, a violência policial cada vez mais nas batalhas de rima. A Prefeitura do Ricardo Nunes tem-se colocado para construir esse papel de não deixar as batalhas de rima acontecerem usando de violência policial. As batalhas, oriundas da periferia, só não estavam acontecendo mais por causa da PM.

Entendemos que a política que a gente precisa construir é de poder articular mais as políticas públicas com o território, é poder pensar no PL nº 560/2022, proposta da Deputada Juliana Cardoso, que está tramitando na Câmara Federal, PL nº 560/22. Esse PL é sobre o incentivo da cultura hip-hop. Entendemos que esse fortalecimento poderia acontecer também nesta Casa e na Prefeitura como uma contrapartida aos coletivos que se organizam e que fazem esse trabalho dentro dos nossos territórios.

Entendemos que precisamos poder pautar isso com mais sensibilidade, porque a gente que é artista independente, independentemente, de a Prefeitura cumprir ou não o seu papel, estamos sempre nos desafiando, formando novos artistas e construindo essa nova perspectiva com as quebradas. Portanto, é muito importante que a gente promova esses espaços.

Agradeço ao Vereador Dheison, pela promoção deste debate, muito importante para a juventude.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Poeta.

Tem a palavra o Rapper Pirata, do Fórum Hip-Hop.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (Rapper Pirata) – Boa noite. Primeiramente, quero reforçar que a gente tem que fazer mais o que estamos fazendo aqui hoje. Entendo que o

lance da lei é importante, mas depois a gente tem que fazer uma audiência pública para discutir os dados da política pública de voltadas ao hip-hop.

Cavanha, a participação no *slam* e nas batalhas, que deveria ser para todo mundo, vem sendo desconfigurada desde 2015. É por isso que a gente precisa lutar pelo hip-hop, que está sucateado e nós, que trabalhamos com isso, estamos sem trabalho.

Acredito na participação de todos e não em disputa de saberes, que é outro problema, porque todo mundo quer só ficar discutindo saberes, e foi assim a gente entendeu a política. Infelizmente, tive que entender esse rolê para traduzir para todo mundo que, diariamente, faz seus corres e conversa nos bastidores.

Preservar esse patrimônio também é cidadania. No ano que vem, os discursos dos partidos serão voltados para temas como homicídios e prender a gente, papo de crime organizado. Aqui em São Paulo, está tramitando o Projeto de Lei Anti-Oruam, já na LDO. Com isso, alguém da Secretaria de Cultura poderá falar que a gente não poderá participar porque a gente representa o crime.

Por isso, a gente precisa fazer esse diálogo. Acredito nas pessoas que estão aqui para deixar esse diálogo mais maduro. Não é brincadeira. Tem gente que não entende, mas a gente entende. A gente está conversando com o Vereador Dheison e com o pessoal da Subcomissão. Foi uma luta a criação desta Subcomissão e para mantê-la. A gente está pedindo 15 milhões de reais para políticas voltadas ao hip-hop, sendo que, neste ano, seis milhões que estavam destinados ao hip-hop foram perdidos.

É frustrante ouvir de que quem participou da Semana de Hip-Hop que não vai mais conseguir participar porque não tem dinheiro. Desculpe, mas a cidade tem um Orçamento de 135 bilhões.

Estou fazendo este debate tranquilamente, porque acredito nestas pessoas e na lei que está sendo criada. É importante também preservar as leis que já existem. Está na hora de as pessoas serem mais maduras e entenderem mais sobre o Mês de Hip-Hop e o que são as Casas de Cultura Hip-Hop na nossa cidade. Estamos falando de centros de memórias das Casas

REUNIÃO: 21557 DATA: 26/11/2025 FL: 12 DE 38

de Hip-Hop, como eram entre 2014 e 2015.

Esse setor cultural é tratado como indivíduo privado, mas a estrutura é pública. E, como indivíduo privado, essa ferramenta amanhã pode não mais interessar.

Se, para o cinema, o orçamento saltou de 20 milhões para 140 milhões de reais, a gente deveria estar discutindo o hip-hop como um negócio, pois só o Mês do Hip-Hop na cidade, que deveria estar alcançando toda a periferia, não está conseguindo; não são 60 lugares.

Mas não quero ficar do passado. Quero é provocar os parceiros para construirmos daqui para a frente. Está na hora, e isso é possível, porque já aconteceu. A aprovação da lei é uma das batalhas mais importantes.

Quero reforçar para o pessoal da Batalha Hip-Hop que o Mês do Hip-Hop é para promover tudo isso. Não só o Território Hip-Hop tem que avançar, mas outras coisas também. Tem muitas leis para o hip-hop, mas está na hora de elas serem efetivadas. Queremos ser parceiros do Cavanha nisso. Vamos falar com o Estado, fazer reunião com a Secretaria Municipal de Cultura, fazer audiências na Subcomissão. Vamos tentar fazer isso juntos e valorizar os Vereadores, porque a gente não pode se esquecer que eles estão com a gente. Não podemos esquecer que os vereadores estão juntos.

Apesar de a política voltada ao hip-hop estar sucateada, não somos inimigos dos Vereadores.

Sou o Rapper Pirata. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) - Obrigado, Pirata.

Passo a palavra ao DJ Tony Di.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO (DJ Tony Di) – Boa noite, a todos. Saúdo o Rapper Pirata, o Cavanha, o MC Who e os demais componentes da Mesa.

Sou da região de Cidade Ademar, mais especificamente dos bairros Vila Joaniza e Vila Missionária. Além de DJ, sou produtor de rap e já produzi uns 30 discos. Tenho um estúdio na minha casa, que era um ponto de encontro dos *rappers* da Cidade Ademar.

Tive uma experiência muito boa trabalhando como arte-educador na EJA de São

Bernardo do Campo por oito anos. Trabalhar o hip-hop juntamente com a educação no Núcleo de Hip-Hop da EJA foi uma das maiores experiências da minha vida.

Anos atrás, não se falava muito dessa questão do *slam*, e hoje volto às escolas e encontro o movimento em outra situação nas escolas, o que me remete aos meus 12 anos, quando conheci o hip-hop na escola. Meu primeiro trabalho como DJ e em um time para reivindicar alguma coisa foi na escola. Sei da importância do hip-hop na escola e, por isso, fiquei até triste quando o Cavanha falou que foi cortado o dinheiro para a parceria do hip-hop com a educação.

Apesar de ter recebido o convite para hoje estar aqui, fico sempre nos bastidores. Isso que o Rapper Pirata falou de o pessoal do hip-hop saber fazer política, nós também tivemos que entender algumas coisas. Estamos aqui hoje para reivindicar, e é superimportante ver a nova geração com essa dedicação. Estamos aqui para fortalecer essa ideia.

Mais uma vez, agradeço pelo convite. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigada, DJ Tony Di.

Informo que as inscrições para pronunciamentos estão encerradas.

Passo a palavra ao MC Who, do projeto Hip-Hop Cultura de Rua.

O SR. RUBERVAL MARCELO OLIVEIRA (MC Who) – Boa noite. Saúdo todos os presentes neste auditório e cumprimento os membros Mesa.

Quero fazer uma retrospectiva do que trouxe a gente a este momento. A principal questão que vem sendo discutidas há algum tempo na Câmara Municipal de São Paulo é a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura do Hip-Hop na cidade de São Paulo. Por isso, peço ajuda ao Vereador Dheison para que consiga articular no seu gabinete, que promove esse debate em defesa da consolidação dessa iniciativa no nível municipal, que já existem no nível estadual e no federal.

Recentemente, o decreto que reconhece o hip-hop foi para o Senado. As coisas, portanto, estão caminhando. Essa ação foi pautada por um contexto nacional e já há mobilização pela construção nacional do hip-hop nos 26 estados e também no Distrito Federal. No dia 20 de

novembro de 2023, conseguimos que o Presidente Lula assinasse o Decreto de Apoio e Fomento à Cultura Hip-Hop no Brasil. Apresentamos ao IFAM um inventário inédito sobre o hip-hop, com mais de duas mil páginas de todos os estados mais o Distrito Federal a fim de que o movimento se torne patrimônio imaterial do Brasil.

No nível estadual, também, também foi construído esse processo de patrimônio imaterial do Estado de São Paulo. Estamos envolvidos diretamente e quero provocar o nosso Vereador Dheison para que a gente retome esse processo a nível municipal.

Vamos voltar em nível nacional. Apresentamos o projeto de formação de agentes culturais do hip-hop em quatro categorias diferentes, que vai transitar o ano que vem em nível federal, porque a gente precisa capilarizar as ações culturais, fortalecer nossas bases nas quebradas e valorizar as novas possibilidades de manifestação do hip-hop, como as batalhas, os *slams* e os saraus.

É muito importante que a gente agradeça ao Andreas Ciero, conhecido como “Jesus do Rap”, que sofre para conseguir realizar a sua batalha de rima no Vale do Anhangabaú, sempre à mercê da administradora daquele espaço que não é mais público, é privatizado. A WTorre é quem manda lá. Daí a manifestação cultural legítima e orgânica do cidadão que não pode estar lá fazendo a sua batalha. Agora eles mandaram uma série de exigências, mediadas por mim, que sou, vamos dizer assim, um padrinho da batalha. A gente rejeitou o contrato e ofereceu um protocolo de colaboração.

Agora, será que precisaríamos estar passando por isso, uma vez que já temos a estrutura do Núcleo Municipal do Hip-Hop?

O Cavanha, nosso amigo, foi colocado lá justamente para administrar essas demandas. Mas até onde ele pode ir? Porque nós conversamos em abril, avisamos sobre o Território e, no fim, faltou dinheiro. Aí vamos cobrar de quem?

Vamos conversar aqui, Cavanha. Você vai me dar uma resposta, mas eu também não vou poder ser tão incisivo quanto a situação exige, porque existe entre nós uma relação de respeito e consideração. Não vamos levar isso para o fígado.

Agora, o secretário Totó precisa entender que estivemos lá em abril e apresentamos uma série de propostas. Ninguém foi lá para falar mal de ninguém, nem para enquadrar quem quer que seja. Fomos para fazer propostas, para construir política pública para nós. Porque o setor está sucateado.

Se observarmos a participação popular, a gestão e a governança da participação social nos anos anteriores à chegada do Sr. Alexandre Youssef, o Totó até está conseguindo ser melhor do que aquelas duas gestões passadas. Porque, pelo amor de Deus, aquilo foi uma tragédia para a cultura paulistana. Aquelas duas últimas gestões foram um tapa na cara do setor cultural de São Paulo. Não respeitaram a trajetória das pessoas nem o quanto elas se doaram para construir o que hoje chamamos de cultura. Transformaram a Secretaria de Cultura num processo neoliberal safado de produção de eventos. Virou uma produtora de eventos.

Fique tranquilo, Cavanha, porque estou me referindo às outras gestões.

Mas o que eu poderia dizer daquelas duas gestões? Não houve participação nenhuma. Teve até um alucinado que queria rememorar a Semana de 22. Que equívoco histórico ele cometeu. Até o próprio Mário de Andrade, que participou da articulação daquele momento, depois reconheceu a importância do popular e da cultura brasileira real – não daquela elite enclausurada no Theatro Municipal de São Paulo.

É preciso falar essas coisas, porque vocês acabam caindo nesse discurso midiático, sedutor: “Ah, a Semana de 22!”. Ora, vamos ser francos. A cultura acontece no chão da periferia. Ela nasce da afrocentricidade, da juventude preta, mestiça, operária. É essa juventude que faz a cultura desta cidade.

No hip-hop lá da década de 1980 – e eu estava lá –, quando olho para trás, vejo que não havia praticamente nada. Nem por isso fico dizendo que sou pai, tio ou qualquer coisa do tipo. Essa mitificação faz um mal enorme para a nossa cultura, porque impede que tratemos o movimento com a amplitude que o coletivo merece. A mitologia não serve para nós. É bom que se diga.

Também é balela essa história de que o hip-hop precisa ser pautado pela política.

Não adianta vir aqui falar de política se, ao mesmo tempo, se quer abrir mão das essências do hip-hop. Como abrir mão da essência, da gênese? Isso aqui só existe porque existe a cultura. E a cultura é dinâmica. Ela precisa reconhecer o Poeta, o Jesus e toda a juventude que está chegando. Precisa reconhecer também a trajetória difícil de quem nunca se tornou *mainstream* e segue quase mendigando recursos para realizar sua prática cultural.

São essas pessoas que mantêm tudo vivo. Porque, sem intergeracionalidade – isto é, sem diálogo entre as gerações –, as coisas não funcionam. Elas morrem em si mesmas. Padecem quando não há troca.

Quando a Unesco me perguntou por que estávamos trabalhando a patrimonialização da imaterialidade do hip-hop, a questão era simples: a cultura de vocês tem novas gerações? Tem. Mas hoje ninguém está olhando para elas. Essas novas gerações estão se organizando de forma orgânica: nos *slams*, nos saraus, nas batalhas. Estão criando seus próprios caminhos, mas ninguém dá atenção para os caras.

Dizem que o trap não é hip-hop. Cale a boca, cara – é tudo nosso. Já falaram isso de outros ritmos também, que hoje são outra força, inclusive política. Agora estão conseguindo dar atenção para nós.

Eu dizia isto há 15 anos: “Vamos prestar atenção nesses caras”. Diziam que aquilo não era isso, que estavam dando outro nome – não vou citar aqui, porque não vou me expor. Não vou ser anacrônico trazendo esse debate agora. Mas se o amigo se permitiu fazer um trajeto até 2015, eu posso fazê-lo de 1980 para cá.

Por que temos agora o dia 12? Vereador, com todo o respeito à iniciativa – sei que houve intenção de acolher e que nossos irmãos foram lá apoiar –, mas há um contrassenso nisso. O dia 12 de novembro é o aniversário da Zulu Nation, não tem relação direta com a origem do hip-hop. O marco simbólico, o mito de origem – antropologicamente falando – é o dia 11 de agosto, a festa de Cindy Campbell com Kool Herc.

Mas não vou ficar preso ao dia 11 ou ao dia 12. Respeito profundamente os mestres – Kool Herc e Afrika Bambaataa –, mas precisamos também construir as nossas próprias datas,

dentro da perspectiva da formação do hip-hop brasileiro. E o hip-hop brasileiro é respeitado no mundo inteiro por ser o mais avançado em política pública. Antes mesmo da Construção Nacional do Hip-Hop, já havia avanços; agora, com o reconhecimento por decreto presidencial e com a lei tramitando no Senado Federal, estamos no topo quando falamos de política pública e de incentivo à prática cultural como política de Estado.

Nos Estados Unidos, também há avanços, mas lá a lógica é outra, muito mais neoliberal. Quase não há dinheiro do Estado para isso. As coisas funcionam porque existe uma dinâmica de mercado que sustenta os projetos.

Quando querem fazer algo no terceiro setor, os grandes artistas *mainstream* se juntam. Cada um coloca cem mil dólares, às vezes um milhão. Foi assim, por exemplo, no The Door, onde o LF trabalhava. Christina Aguilera, Jay-Z, Puff Daddy – hoje preso, mas na época não estava —, 50 Cent, todos colaboravam. Faziam uma vaquinha, cada um colocava 200 mil dólares. Para quem ganha bilhões por ano, isso não pesa. Assim conseguem manter projetos culturais.

Agora, vamos ver se os nossos *mainstream* têm esse mesmo compromisso. Dividimos guaraná e mortadela juntos, crescemos juntos, e hoje parece que não há uma iniciativa semelhante para fortalecer a molecada que está chegando.

Então, é preciso responsabilidade, porque todo mundo que está aí com *show* lotado, com milhões de visualizações nas redes sociais, precisa lembrar: quem construiu isso foi a base. E não falo isso com amargura. Falo como compromisso. Perdemos a essência do movimento? Não éramos um movimento social combativo, que queria transformar essa realidade? Perdão pelo termo, mas é preciso dizer. Estamos perdendo esse foco.

Agora, Cavanha, sobre a questão que você trouxe – anotei tudo aqui. Entendo o esforço com os dados quantitativos. Mas onde está o qualitativo? Dizer apenas o gênero ou a origem não dá conta. Precisamos de dados mais profundos. E podemos construí-los juntos. Porque você acaba ficando isolado aí, esquentando cadeira – e não sei se esse é o seu papel. Você é maior do que isso, irmão. Seu lugar no Poder Público é estar em comunhão conosco, em

diálogo permanente, em complementaridade com o movimento.

Precisamos retomar essas reuniões. Falei isso para você em abril. O próprio Secretário disse que poderíamos antecipar esses encontros. Alguma coisa desviou esse caminho – sei como é, todo mundo quer falar, quer participar –, mas precisamos retomar essa proximidade. Esse dado qualitativo é fundamental. Sem dados não há política pública, Cavanha, Secretário. Precisamos saber quantos jovens estão envolvidos, quantos pegam ônibus para chegar, quantos estão empregados ou desempregados, quantos querem formação em gestão cultural.

Hoje, a Construção Nacional, em convênio com o Ministério do Trabalho e com o Senac, já formou 400 gestores culturais e tem vagas para formar mais 400. São 12 módulos, 160 horas de formação no Senac, com certificado no currículo. Isso é política pública robusta. Houve espaço no Governo Federal para dialogar, propor e construir.

Não está perfeito, claro que não. Alê, fique tranquilo: em linhas gerais está bom, mas pode melhorar muito. Ainda não está como poderia estar.

Agora, em São Paulo, para nós, a situação é trágica. Por quê? Porque antes as regiões se organizavam. Não é, Vereador Dheison? Não é, DJ Tony Di? Havia organização territorial. Cada região tinha sua autonomia. Conhecíamos os artistas. Até aquele que nunca apareceu em evento. O cara que não tem telefone para criar Instagram, mas que está ali, na frente da padaria, rimando. Nós o conhecemos.

E o que acontece agora? Ele descobre que existe uma possibilidade de participar de um edital. Mas, para isso, precisa passar por um processo cheio de exigências. São doze certidões. Doze. A exclusão digital já o expulsou antes mesmo de começar. Ele não consegue acessar o sistema. Não consegue.

E aí surgem as empresas intermediárias. Pelo menos nisso temos consenso: as empresas enchem os bolsos, enquanto o artista fica com metade do recurso. Que sistema é esse que está enriquecendo gente que nem faz parte do hip-hop? Lutamos para criar as rubricas no orçamento, participamos das audiências públicas da LOA, brigamos por cada centavo – e,

quando o recurso finalmente chega, metade desaparece nesses mecanismos burocráticos. O pouco que sobra ainda vai para intermediários.

Isso precisa mudar. Essa audiência pública não serve apenas para reorganizar a Frente Parlamentar ou discutir gestão. Precisamos falar também da estrutura do sistema.

Cavanha, sobre o Território Hip-Hop: avisamos você em abril. Quando fecharam o cofre? Um mês antes do evento. Resultado: o projeto ficou descaracterizado. Na verdade, já tinha problemas, mas agora praticamente acabou. Pelas informações que tenho de quem aplicou o programa, faltou estrutura pedagógica. As pessoas precisam ser formadas para aplicar a metodologia. Precisamos formar formadores.

Tem que haver orientação pedagógica, acompanhamento de especialistas e também a contribuição de quem tem trajetória dentro do movimento. Trouxemos inclusive uma pesquisadora da Unifesp para contribuir. Ela realizou eventos importantes, como o batismo das Bgirls na Casa do Hip-Hop. Mas isso precisa ganhar escala.

Cavanha, agradeço a você pelos números que você apresentou, mas vamos ser sinceros: eles são irrisórios. A zona Leste tem mais de quatro milhões de habitantes. É uma potência cultural enorme. Como disse a Simoni, precisamos recuperar as posses. Elas são ambientes pedagógicos poderosíssimos.

Esse sequestro do senso crítico que vemos hoje na cidade também passa pela ausência desses espaços de formação cultural. Não estamos falando de partidarismo. Estamos falando de formação crítica, para que as pessoas possam escolher conscientemente seus caminhos.

Como dizia Darcy Ribeiro, quando a educação falha, a cultura precisa cumprir esse papel. Tony Di lembra bem disso. Ele conheceu o hip-hop nos programas educativos inspirados em Paulo Freire. O próprio Paulo Freire percebeu a potência pedagógica do rap e da palavra. Convocou sua assessora, Sueli Chan, para dialogar com as demandas de Milton Sales e do grupo Jabaquara Breakers, que realizavam oficinas na Casa Madá.

Com a experiência que tinha desde os anos 1960, Paulo Freire reconheceu ali um

potencial enorme de formação.

Então, Cavanha, precisamos fortalecer o controle social e a governança. Esse modelo de intermediação empresarial precisa ser revisto. E também precisamos enfrentar o problema legal que herdamos – primeiro com a Lei nº 8.666/1993, agora com a nova Lei de Licitações, a Lei nº 14.133/2021.

Por isso, proponho o seguinte: se a Secretaria não convocar uma conferência, que façamos uma conferência popular. Um processo horizontal, participativo, para construir propostas reais de política pública. Porque, do jeito que está, essa política não é inclusiva. Não contempla a base. Não cria trajetória de formação.

Quero encerrar falando com a Poeta: estou entregando agora ao Vereador Dheison um projeto de lei que reconhece como patrimônio cultural da cidade de São Paulo os *slams*, os saraus e as batalhas de rima – especialmente aqueles que ocupam o espaço público. A ideia é garantir que esses espaços sejam reconhecidos e respeitados, inclusive pelas forças de segurança. Que haja sinalização clara: “Aqui é um ambiente cultural, autorizado a funcionar entre 19h e 22h”.

A cidade também é nossa. A cultura de rua sempre viveu em tensão com o Poder Público. Está na hora de dar um passo civilizatório e reconhecer que essa juventude, quando ocupa a rua para fazer cultura, não está cometendo crime. Está produzindo cultura.

Faço deste momento a entrega simbólica desse projeto de lei ao Vereador Dheison. Tenho ainda muitas anotações aqui, mas já me pediram para encerrar.

Muito obrigado pela audiência e pela escuta. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Passo, agora, a palavra para as pessoas que se inscreveram de maneira *on-line*.

Tem a palavra a Sra. Heloisa Helena Batistella Casagrande. (Pausa) Tem a palavra a Sra. Viviane dos Santos Rodrigues. (Pausa) Tem a palavra o Sr. Rafael Fino Dflow. Ah, você está presencial. Vai lá, Rafael, três minutos.

O SR. RAFAEL DE MELO SAMPAIO (Fino Dflow) – Primeiramente, boa noite a

todos e a todas, ao pessoal da Mesa e aos presentes no auditório. Sou Rafael, também conhecido como Fino Dflow. Sou *rapper*, poeta e arte-educador e atuo nos extremos da cidade de São Paulo, nas periferias, em alguns programas da Secretaria Municipal de Cultura ligados ao hip-hop.

Quero contribuir com a minha fala. Estamos falando sobre difusão do hip-hop, desafios e perspectivas. Então, como atuante da cultura hip-hop, vim contribuir e trazer alguns dados e informações para pensarmos juntos. Vou apresentar algumas informações retiradas do *site* da Secretaria da Fazenda e fazer algumas comparações com outras difusões culturais que acontecem por aí.

Por exemplo: a difusão do rock, neste ano de 2025, executou o orçamento completo e ainda houve um acréscimo de 11% nos milhões relacionados a ele. Para o ano de 2026, está previsto um aumento de 170%. E acho isso muito legal e fico muito feliz.

Mas quando vamos para as informações relacionadas ao hip-hop, a situação é diferente. Por exemplo: no Território Hip-Hop, neste ano, foi executado somente 10% do valor orçado. E, para o ano de 2026, está previsto um corte de quase 50%. Isso, no Território Hip-Hop, já é triste, já não é tão legal assim de pensar.

Com relação ao Mês do Hip-Hop, que é uma lei, neste ano foi executado apenas 50% do orçamento. E é uma lei, assim como a lei que está sendo proposta para as batalhas de MCs. Mesmo assim, foi executado somente metade do orçamento e também está previsto um corte de 37% para o ano que vem.

Diante disso, vejo uma verdade simples: isso não é falta de recurso, é decisão de prioridade. Quando um setor é escolhido para crescer, como o rock – o que acho muito bom –, o recurso aparece e até supera o previsto. Mas quando falamos de hip-hop e de cultura periférica, o recurso não chega e ainda é diminuído para o ano seguinte.

É justamente aí que preciso dizer, e reitero: o problema não é o rock crescer. Acho isso muito legal. O problema não é um programa ser bem executado e receber reforço no orçamento. O que cobramos é coerência. Se a cidade consegue expandir um setor, também

pode – e deve – manter ou ampliar os orçamentos de programas como os do hip-hop, que formam artistas, educadores e geram acesso à arte para as pessoas da periferia.

Por isso, a nossa cobrança é clara: que programas como a Difusão do Hip-Hop, o Território Hip-Hop e o Mês do Hip-Hop não sofram cortes em 2026. Que esses orçamentos sejam mantidos ou ampliados e que a execução desses recursos seja completa. Porque vejo que o Legislativo luta para que os orçamentos existam, mas eles acabam não sendo executados.

E aí, como ficamos? Porque o recurso não chega na ponta. E, quando falo da ponta, falo da gente da periferia mesmo: os artistas, os atuantes, a galera que faz o hip-hop acontecer na praça.

Cobramos a execução dos recursos de forma completa, transparente e comprometida com o território. Porque a cultura não sobrevive com cortes. A cultura se fortalece com continuidade, investimento e prioridade real. Se é possível fazer crescer um setor, também é possível fazer crescer os outros. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Boa, Rafael.

Tem a palavra o Mestre Kamau/Palito, virtualmente. (Pausa) Tem a palavra a Sra. Rosemeire Rosa, virtualmente. (Pausa) Tem a palavra o Sr. Ciero, o Jesus da Batalha do Point, presencialmente.

O SR. ANDREAS CIERO (Jesus) – Salve! Sou o Ciero, vulgo Jesus. Licença, família. Um salve a todos e à família presente. Represente a Batalha do Point, uma dinâmica que já existe há 13 anos no centro de São Paulo. Sou atuante do hip-hop há quase 14 anos. Fui um dos primeiros MCs a rimar dentro de vagão de trem. A gente ajudou a levantar uma cultura que hoje já é conhecida, que revelou um monte de artista grande e famoso.

A Batalha do Point é uma das mais antigas. Foi uma das primeiras batalhas, na época, de conhecimento, não de sangue. Hoje nos adequamos também às chamadas batalhas de sangue, que é tendência para a juventude.

Acho que todo mundo aqui presente tem até mais capacidade do que eu para falar sobre política pública ou para fazer comparativos de números. Muita coisa já foi dita sobre isso,

e entendo perfeitamente. Mas o que enxergo e que também foi dito aqui é esse afastamento da juventude atuante no hip-hop em relação ao Poder Público, em relação a entender a ação do hip-hop no estado, nas prefeituras e nos municípios.

Hoje, a lógica neoliberal do indivíduo – de crescimento pessoal e de ganhar dinheiro com o rap – fala muito mais alto do que pensar o hip-hop como coletivo, como uma ação coletiva de restauração e de resgate de uma molecada carente que precisa de atenção. Mais do que atenção, precisa de oportunidade.

Quando a gente fala de um de um jovem, quando ele entra para o hip-hop – seja ele fazendo uma rima, dançando, grafitando –, muitas vezes, ele não vai seguir isso como profissão, isso não vai gerar dinheiro para ele, não vai sobreviver disso. Mas isso vai dar autoestima para ele, vai fazer com que ele se torne um ser atuante e convicto do que ele é. Vai fazer com que essa pessoa, por exemplo, queira pegar uma câmera e vá aprender a fazer videoclipe; queira aprender a ler para poder, por exemplo, ajudar os parceiros que fazem um rap chegarem até aqui, prepararem um edital e ganharem uma grana para poderem girar uma parada.

Falando do meu caso, há mais de dez anos, quando eu tinha uns 20 anos, um parceiro meu que era um pouco mais velho, o Skol, que foi o fundador do Santa Cruz com o Emicida – na primeira edição, a final foi Skol e o Emicida –, a gente estava conversando sobre um coletivo que a gente tinha, o Banca da Calçada.

O Hugo, MC Fera, meu parceiro na Batalha do Point, me passou toda uma visão de um sonho político. A gente já com 20 anos, uns com filho, correndo atrás de pagar conta, e ele passou uma visão sobre o hip-hop, falando que nós íamos revolucionar o mundo e eu falei para ele: “Nossa, irmão, é isso que eu quero para minha vida”.

Eu, com 20 e poucos anos, trabalhando, fazendo corre; hoje, o moleque com 14 anos, com 15 anos sabe que, se ele fizer uma rima boa, pegar visualização, ele lança um som e compra um presente para a mãe no final do ano com o dinheiro que vai ganhar. Ele vai ter outra lógica. E essa outra lógica se fundamentou dentro do rap, porque hoje, em vez de a gente falar de questão coletiva e o hip-hop ser expandido nesse sentido, a gente perde para um meme de um

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 27

REUNIÃO: 21557 DATA: 26/11/2025 FL: 24 DE 38

moleque fazendo uma rima machista, homofóbica; o bagulho fica engraçado e bate um monte de views. Isso é batalha. Esse é o ponto.

Há 12 anos, a gente estava na rua Dom José de Barros com rua 24 de Maio, marco zero do hip-hop, onde acontecia uma batalha. O Nelson e o Hugo foram padrinhos da nossa batalha. A gente sempre esteve ali. Mas em 2023, a gente foi tirado pelo Poder Público, com violência policial. Quando os caras atiraram a primeira bomba, a primeira bala de borracha, havia dois MCs menores de idade rimando, e eu estava apresentando.

Hoje a gente corre para o Vale do Anhangabaú e ninguém enquadra a gente. Não acontece nada disso. Infelizmente, a gente enfrenta várias dificuldades, porque quem manda lá agora é a força privada. Pelo menos agora a polícia lá não bate na gente, mas porque eles não podem, eles passam lá e só ficam olhando.

Então, acho que existe a necessidade real do Poder Público aprender a dialogar com a juventude. É só isso que eu tenho a dizer. E máximo respeito a todo mundo desta Casa. Obrigado pelo espaço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Jesus.

Tem a palavra o DJ Pec Jay, do Fórum de Hip-Hop da Zona Norte MSP.

O SR. DJ PEC JAY – Boa noite. Sou o DJ Pec Jay. Venho da região da zona Norte: Brasilândia, Taipas, Jardim Damasceno, Jardim Guarani, Jaraguá.

Queria entender melhor essa prestação de contas, porque ficou confusa. Também essa questão de sorteio: como vou participar do meio do hip-hop sendo sorteado? Como se sorteia quem vai participar? Fica um monte de gente sendo sorteada e a gente não entende qual é o critério.

Também queria falar dos editais, que acabam barrando a participação de muita gente. Inclusive, já faz alguns anos que eu não consigo participar. Então é preciso haver mais reuniões com o movimento hip-hop, para que a gente participe de verdade e não fique apenas nos números de quantas pessoas participaram.

Outra coisa são os valores. Como ficam? Pode ser que o pagamento dos quatro

elementos esteja o mesmo há anos.

Sou da região do Jaraguá e, nas escolas, não tem debate, não tem nada relacionado ao hip-hop. Ele está sumindo das quebradas. Está ficando concentrado em poucos lugares. E o que vejo acontecendo mais são shows.

Era isso que eu tinha para falar. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, DJ Pec Jay.

O Rafael Lino, do coletivo Saraund System, está cedendo seu tempo de fala para a Tabata Mendes.

A SRA. TABATA MENDES – Boa noite a todos e a todas. Boa noite, pessoal. Sou produtora cultural, Tabata Mendes. Corro com o pessoal da música, da literatura, do hip-hop.

Queria propor uma coisa aqui. Não sei exatamente como isso está tramitando na Casa, mas o hip-hop é educação, e acho que todo mundo aqui já entendeu isso há muito tempo. E não é só educação de formação para artistas; é formação cidadã. Tenho visto que, no Rio de Janeiro, está acontecendo uma iniciativa – não sei se já é lei, não posso afirmar –, mas o hip-hop está entrando nas escolas públicas como projeto.

Então, queria propor que a gente pudesse avaliar como levar o hip-hop de fato para dentro das escolas, porque ele é uma via potente de educar essa galera que está lá. A gente educa com arte. E são várias artes: tem o grafite, tem a música, tem o DJ. Fora isso, tem o empoderamento que o colega mencionou, tem a autoestima que a gente ajuda a construir nessas pessoas. Há também o conhecimento histórico, a estética da periferia, o entendimento de onde vem essa cultura e por que lutamos por ela.

É só uma proposição, Vereador – enfim, não sei como vocês tramitam isso aqui –, para que possamos avaliar um projeto de lei, ou algum instrumento legal, que introduza o hip-hop nas escolas. Muitas vezes é difícil dialogar com os equipamentos de educação – até mesmo com os CEUs. Em centros culturais em que já tive oportunidade de atuar, inclusive com o Território Hip-Hop, o hip-hop às vezes também é barrado, não é bem-vindo de portas abertas.

Precisamos melhorar esse diálogo com esses espaços e compreender que o hip-hop

não é uma cultura marginalizada no sentido de produzir marginais ou reforçar estereótipos, como muita gente ainda coloca por aí. Pelo contrário: é uma cultura que resgata pessoas das margens e lhes dá possibilidade de vida.

Minha proposição é apenas esta: que vocês avaliem como podemos, em São Paulo – uma cidade enorme, com uma cultura hip-hop de muitos anos –, levar o hip-hop para dentro do sistema educacional, de fato, lá na base, dentro da escola.

O que o pessoal faz na rua já é muito importante. Imaginem se eles também puderem fazer isso no pátio da escola.

Era só isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Tabata.

Agora, vou passar a palavra ao Cavanha para responder às perguntas. Acho que ele foi o mais demandado nas falas.

O SR. MARCELO IGOR DE SOUZA (Marcelo Cavanha) – Por que será? Novidade zero. Mas tudo bem.

Primeiro, quero reforçar que já tive essa conversa com o Pirata sobre o meu compromisso de dialogar com o movimento – seja em reuniões na Secretaria, quando solicitadas, acertando apenas a agenda; seja nos encontros de escuta que tenho promovido nos últimos três ou quatro meses.

Na última vez em que conversamos com alguns representantes do movimento sobre esse processo de escuta, mencionei que talvez o formato que vinha sendo utilizado – como na Galeria Olido, começando às 18h e indo até as 21h – já não seja o mais adequado. Muitas pessoas trabalham e acabam chegando mais tarde.

Tenho pensado em outras formas. Acho que poderíamos realizar um encontro mais amplo, talvez de dois dias, em um final de semana, ou pelo menos um encontro mais longo, de uma manhã ou uma tarde inteira. Porque os assuntos e as demandas do hip-hop não se esgotam em três minutos de fala. Os três minutos são importantes para garantir que mais pessoas tenham voz, mas sabemos que não dá para tratar todas as questões do hip-hop nesse tempo.

Então, coloco-me à disposição para construir esse diálogo. Vamos tentar organizar isso ainda neste ano, embora não saiba se será possível, porque já estamos praticamente em dezembro, que é um mês mais curto. E também há uma questão pessoal: vou tirar 15 dias de férias. Então, temos essas limitações de agenda, mas a ideia é retomar esse processo logo no início do ano.

Sobre a questão que foi levantada pela pessoa do Fórum, que fez um questionamento, vou responder agora.

Primeiro, a questão do sorteio. Na época, eu falei bastante sobre isso. Acho que precisamos ampliar cada vez mais a circulação de informações nas pontas. Isso passa também por um processo de formação e capacitação das pessoas para que entendam melhor como se inscrever nos editais – não apenas no edital do Mês do Hip-Hop.

Tenho trabalhado na Secretaria com uma ideia que considero muito importante para o hip-hop: ampliar o acesso às leis de fomento e de incentivo, como o PROMAC, o ProAC, o MSA e a própria Lei Rouanet. No caso do município, falo principalmente do PROMAC.

Acho que o hip-hop precisa acessar essas leis, mas para isso as pessoas precisam saber como se inscrever e como dialogar com os mecanismos dessas políticas. Estamos conversando com o pessoal do PROMAC para organizar um processo de formação nas periferias, nas quebradas, e também *on-line*, para que mais pessoas possam acessar essas leis.

Muita gente ainda não sabe sequer que existe uma Coordenadoria de Hip-Hop. Há pessoas que não sabem que existe o Mês do Hip-Hop, uma lei de 22 anos. Imagine então conhecer os caminhos para acessar uma lei de incentivo.

Sobre os números do Mês do Hip-Hop: todo o orçamento disponibilizado foi executado. Foi até o limite, zerou. Todas as contratações possíveis foram realizadas dentro do orçamento existente.

Sobre o sorteio – que já debati algumas vezes com o Pirata –, há uma questão legal envolvida.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO IGOR DE SOUZA (Marcelo Cavanha) – Sim, eu vi.

A Lei nº 14.133/2021, que foi mencionada aqui pelo Ru, estabelece que, quando todos os participantes de um edital são habilitados dentro das regras e ficam em igualdade de condições, pode haver sorteio para definir a ordem de contratação. Ou seja, o sorteio não é para excluir ninguém nem para decidir quem participa ou não. Ele serve apenas para definir a ordem de contratação quando há empate técnico entre os habilitados.

Essa orientação veio da Assessoria Jurídica da Secretaria, que determinou que os editais passem a seguir a Lei nº 14.133/2021, exceto aqueles realizados pelo Marco Regulatório da Cultura, que é outra possibilidade, como o Pirata mencionou.

Não vou entrar profundamente nas diferenças entre essas leis aqui, porque o assunto é complexo e acabaria me alongando demais. Mas me comprometo a conversar sobre isso em outro momento com mais detalhes.

Vou dar um exemplo. Temos aqui o Alessandro, do Ministério da Cultura, que é um parceiro que costuma participar das audiências.

O Marco Regulatório da Cultura permite, por exemplo, a apresentação de um plano de trabalho. No caso do Território Hip-Hop, isso funciona bem, porque quem se inscreve envia um plano de oficina, explicando como ela será realizada.

Com base nesse plano, é possível montar uma comissão de avaliação, inclusive com participação da sociedade civil do hip-hop, para selecionar as propostas.

No caso do Mês do Hip-Hop, a lógica é diferente. Como se apresenta um plano de trabalho para um *show* de rap? Fica um pouco mais complicado. Mesmo assim, estamos estudando alternativas.

Hoje, porém, o Mês do Hip-Hop é executado com base na Lei nº 14.133/2021, que prevê esses mecanismos, inclusive o sorteio quando há empate. Todos os valores destinados à execução do Mês do Hip-Hop foram utilizados até o limite do orçamento disponível. Quando o recurso acabou, tivemos que encerrar as contratações.

Tenho aqui um celular corporativo da Secretaria, que utilizo diariamente para

responder a dúvidas e prestar informações sobre o Mês do Hip-Hop. E, muitas vezes, preciso dar respostas difíceis. Para mim, como gestor público e também como alguém do hip-hop, não é satisfatório dizer a uma pessoa que ela não vai se apresentar. Sei que isso gera expectativa, que as pessoas dedicam tempo, energia, querem mostrar seu trabalho.

É frustrante para mim também ter que dar esse retorno. Agora, pensando no papel que exerço nesses espaços – e o Alessandro pode me corrigir se eu estiver equivocado –, acredito que uma das minhas principais responsabilidades é fazer com que as informações cheguem nas pontas e que as pessoas compreendam melhor como funcionam as políticas públicas.

Ao longo do tempo, conheci editais em várias partes do Brasil, atuei como parecerista, participei de comissões de seleção e também me inscrevi em editais. E posso dizer que não conheço edital no Brasil que não tenha algum tipo de limite de habilitados.

Se temos hoje um edital com três mil ou três mil e quinhentos habilitados, precisamos pensar juntos em alternativas. Não se trata de excluir pessoas, mas de encontrar formas viáveis de execução. Porque, com esse número de habilitados, simplesmente não há tempo hábil no ano para que todos se apresentem.

Em algum momento surgem limitações – seja de orçamento, seja de tempo. No formato inicial da Semana do Hip-Hop, que depois virou o Mês do Hip-Hop, muitas apresentações aconteciam nas quebradas e era possível colocar 50 artistas para cantar no mesmo dia. Assim, todos conseguiam se apresentar.

Hoje, na Secretaria, executando esse formato do que é o Mês do Hip-Hop, por meio do edital executado por ela, quando sai da mão do movimento... Porque era assim, não era?

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (Rapper Pirata) – Esse é um debate. A audiência pública é para discutirmos as leis. Há caminhos. É um debate, Cavanha.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Só o deixe concluir, Pirata. Aí depois você fala.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (Rapper Pirata) – Sim, mas é um debate, porque

REUNIÃO: 21557 DATA: 26/11/2025 FL: 30 DE 38

desconstruir o que foi feito pelo governo passado, que incluiu todo mundo, é difícil de ouvir, porque aquilo incluiu.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Mas o deixe concluir.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (Rapper Pirata) – Está suave. É que mexe com o meu brio.

O SR. RUBERVAL MARCELO OLIVEIRA (MC Who) – Uma questão de ordem, professor.

Veja, Cavanha, a questão é que nós vamos ter que sair dessa caixa.

O SR. MARCELO IGOR DE SOUZA (Marcelo Cavanha) – Sim, eu também concordo.

O SR. RUBERVAL MARCELO OLIVEIRA (MC Who) – Um cara chamado Pierre Bourdieu nos empurra para o debate de especialistas. Eu não vou cair nisso, certo? Mas conclua aí.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – MC Who, vamos deixar ele concluir.

O SR. RUBERVAL MARCELO OLIVEIRA (MC Who) – É que ele nos chamou para a dança.

O SR. MARCELO IGOR DE SOUZA (Marcelo Cavanha) – O que eu estou falando é exatamente isto: eu acho que, dentro do formato que está hoje, o Mês do Hip-Hop está esgotado, está batendo na parede. Vai bater e vai voltar.

O SR. RUBERVAL MARCELO OLIVEIRA (MC Who) – Porque eles não cumprem a lei. É o ano inteiro. Ele começa a ser executado em outubro e tem que ser executado em março-abril. Não é isso?

O SR. MARCELO IGOR DE SOUZA (Marcelo Cavanha) – Sim. Pela lei, ele começa no dia 21 de março, que é o Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial. E aí acontecia durante um mês.

Agora, o que precisamos conversar é que, a partir do momento em que começa a ser executado pela Secretaria – e temos que levar em consideração também, mesmo o Pirata

sempre se atentando a falar “não precisamos falar do passado, temos que pensar daqui para a frente” –, quando pegamos o passado como referência, pensamos também no número de inscritos. E esse número aumentou substancialmente.

Se são 2.800 habilitados, é impossível fazer o Mês do Hip-Hop dentro de um mês. Não há capacidade técnica de contratação e de execução para isso. É por isso que o Mês do Hip-Hop se tornou o ano do Hip-Hop. E é fato que ele se tornou o ano do Hip-Hop porque começou em março e está terminando em outubro – praticamente sete meses.

E, pegando a fala da Simoni, eu acho que esse diálogo que começamos a estabelecer a partir da Câmara, e outros que eu fiz na Secretaria, chamando o movimento para dialogar, mostra que o que precisamos conversar juntos e entender são os mecanismos e os processos pelos quais o Mês do Hip-Hop está se tornando o ano do Hip-Hop. E eu estou disposto a esse diálogo.

O SR. RUBERVAL MARCELO OLIVEIRA (MC Who) – Você permite um aparte?

O SR. MARCELO IGOR DE SOUZA (Marcelo Cavanha) – Pode falar.

O SR. RUBERVAL MARCELO OLIVEIRA (MC Who) – Toda reclamação de vocês é a falta de estrutura para administrar as demandas que existem. Quando você mobiliza a sociedade ou as comunidades de hip-hop das cinco regiões, damos conta. Se você depender somente da sua estrutura, não vai dar conta, porque aquilo lá estava sucateado. Você sabe disso. Não tem mais concurso e tal. Nem vamos entrar nisso, certo, irmão?

O SR. MARCELO IGOR DE SOUZA (Marcelo Cavanha) – Sim.

O SR. RUBERVAL MARCELO OLIVEIRA (MC Who) – Vamos só falar que não vai dar conta porque não tem a participação popular. E nós fazíamos a produção e a entrega dos produtos. Essa é a diferença.

O SR. MARCELO IGOR DE SOUZA (Marcelo Cavanha) – Sim. Isso eu entendo e concordo. Só que, naquele formato que existia – e aí vem o debate que existe com o Pirata –, da forma como ele está hoje sendo executado na Secretaria, seja eu estando nesta cadeira ou não, essa possibilidade hoje é inexistente. Ou vamos ter que dialogar para achar um caminho

para que ela passe a existir. E, se eventualmente eu não respondi a contento, fique à vontade para me chamar para conversarmos, para eu não me alongar.

Sobre a questão da parceria com a Educação, eu participei também do processo. Eu fui um dos educadores do Repensando Educação, que era um projeto da gestão Erundina, quando Paulo Freire era Secretário de Educação e Marilena Chauí era Secretária de Cultura.

Criou-se esse projeto junto com o Nelsão, com os Racionais, DMN, FNR e outros. Nós rodávamos as escolas, fazíamos um bate-papo. Havia um chamariz para os alunos, que eram os *pocket shows*. Íamos falar sobre racismo, sobre hip-hop, sobre diversos assuntos, e, no final, tinha o *pocket show*.

Acho que até uma questão que podemos trazer para discussão é: em vez de criar uma nova lei e passar por todo esse debate, nós temos a Lei nº 10.639. O que precisamos é ver mecanismos para, dentro da Lei nº 10.639 – que inclusive já está no currículo escolar –, pensar como fazer.

Sabemos que há muitos avanços, mas, mesmo com a Lei nº 10.639/2003, a polícia invadiu uma escola porque uma criança fez um desenho de orixá. Então, os desafios também estão postos. Vamos pensar juntos a relação do Poder Público e da Câmara. Em vez de pensar na criação de uma nova lei e colocá-la para votação, por que não pensamos em como incluir isso?

Foi o primeiro projeto de lei sancionado pelo Governo Lula, em 2003. Tem mais de 20 anos. Pode ser que eu esteja enganado, porque não conheço o Brasil todo, mas acredito que nunca se dialogou, de fato, sobre o hip-hop dentro da Lei nº 10.639/2003. Talvez seja o momento de dialogar sobre como podemos fazer isso. (Palmas)

O SR. RUBERVAL MARCELO OLIVEIRA (MC Who) – Só um aparte, Vereador.

O Mês do Hip-Hop, na fase anterior, tinha ações dentro dos CEUs e das escolas. Eu mesmo fiz um monte de ações lá no Glicério, eu e o Tony Di. Nós demos aula lá.

Então, é possível fazer quando gerimos. Nós mesmos negociamos com as escolas e, no território hip-hop, é possível não ser algo sem público, se houver essa autonomia regional

para mobilizar as escolas, por exemplo.

É por isso que eu digo: não é só uma polarização com o Pirata, sobre ser MROSC ou não, sobre ser a Lei nº 14.133/2021. Precisamos estar numa conferência. Isso precisa ser ampliado e a participação popular garantida. É isso que precisamos fazer, nem que seja na perspectiva popular mesmo, não oficial. Porque precisamos ter resultado.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Tem a palavra o Sr. Alessandro Azevedo.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Pedi a palavra ao Vereador Dheison porque preciso sair. Tenho outro compromisso. Como começamos um pouco depois, quero agradecer, Dheison, pela oportunidade de debater um tema tão importante para o movimento hip-hop. Quero dizer que o Ministério da Cultura acompanhará essa demanda que foi entregue a você, referente a esse projeto de lei para os saraus, os *slams* e também as batalhas de rima, e desejo que saia um bom encaminhamento daqui.

O Ministério, juntamente com o Poder Legislativo e a Secretaria Municipal de Cultura, está à disposição para discutir esse tema de forma mais aprofundada e acompanhar seus desdobramentos.

Então, agradeço a todos e todas que estão presentes, bem como aos que estão acompanhando de forma *on-line*.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, Alessandro.

Pessoal, temos dez minutos, porque precisamos, impreterivelmente, entregar o local às 22h.

Queria saber se alguém da Mesa quer fazer uma fala e, depois, gostaria de propor alguns encaminhamentos. Não sei se alguém quer falar alguma coisa. (Pausa)

O SR. MARCELO IGOR DE SOUZA (Marcelo Cavanha) – Vereador, eu queria fazer um aparte bem rápido, seguindo o seu horário. É apenas para responder a uma pergunta que foi feita sobre a questão dos valores que estão colocados para o Mês do Hip-Hop.

Para chegar a esses valores, eu me lembro, inclusive, de que já houve um

questionamento do Fórum sobre a possibilidade de se utilizar os mesmos valores da Portaria nº

34. Os valores que são pagos hoje no Mês do Hip-Hop são definidos a partir de uma pesquisa feita pelo PNCP, que é o Portal Nacional de Contratações Públicas, no qual realizamos uma pesquisa nacional da média do que é pago.

É para você, irmão, que eu estava respondendo uma questão que ficou pendente, porque você citou a questão de os valores do Mês do Hip-Hop estarem no mesmo patamar há muito tempo. Esses valores são definidos por meio de uma pesquisa nacional, porque é isto que o edital e a lei exigem: um levantamento dos valores que são pagos para esse tipo de contratação artística e de oficinas. A partir dessa pesquisa feita nacionalmente, chegamos a esse valor.

O valor que é pago não está ligado diretamente à questão do orçamento, entendeu? Não é simplesmente chegar e falar: “Poxa, vou pagar cachê de cinco mil, cachê de dez mil”. Eu tenho que seguir um rito da lei para definir essa questão.

Só mais uma observação sobre a questão dos *slams*. Algo que tenho sido questionado sistematicamente é o seguinte: existe uma parte do movimento – e eu tenho comprado essa briga, ao contrário do que uma parte do movimento prega – que quer tirar do Mês do Hip-Hop os *slams*; as batalhas, menos, mas principalmente os *slams*, os *saraus* e os *podcasts*.

Existe uma parte do movimento que quer que o Mês do Hip-Hop se restrinja única e exclusivamente aos quatro elementos e, no máximo, ao conhecimento, com a realização de oficinas e debates.

Mas sou contrário isso, tenho falado isso publicamente. Tanto é que, quando apresentei os números das contratações desses outros elementos dentro do Mês do Hip-Hop, foi justamente para mostrar que, inclusive em termos de orçamento, hoje isso não está comprometendo de forma significativa. Porque, se você fala em retirar algo que tem 14 contratações dentro do montante total, não vale a pena retirar.

O SR. RUBERVAL MARCELO OLIVEIRA (MC Who) – Quero usar esse espaço...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RUBERVAL MARCELO OLIVEIRA (MC Who) – Você quer falar, Pirata, é isso?

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (Rapper Pirata) – Só quero fazer um convite, Cavanha. Acho que o Dheison está percebendo o que é essa luta. Queira ou não queira, estou presente, mas o passado existe. E você vê que essa luta é desde 2005, tá ligado? E a gente não sai da roda. É o mesmo mantra, e existe essa complexidade.

Temos a oportunidade – e por isso eu falei de esquecer o passado – de construir isso daqui para frente. Vamos marcar para conversar. Há vários debates sobre leis e outras coisas que precisamos construir, porque, do jeito que está desestruturado, fica difícil.

Obrigado a todo mundo. (Palmas)

O SR. RUBERVAL MARCELO OLIVEIRA (MC Who) – Vou fazer uso do espaço que o Vereador permitiu para fazer essas considerações finais.

Acho que a conversa tem que existir, sim, mas de maneira ampla. Não dá mais para ter reunião unilateral. Cavanha, toda essa energia voltada para você, para que você dê conta de tudo etc. A gente precisa ter dimensão até onde você pode ir, de quem a gente tem que cobrar e em que instância essa cobrança deve acontecer.

Também é preciso ter um calendário e um cronograma de execução, como vocês pedem no edital para nós. Tem que ser assim: qual será o dia da primeira reunião? Precisamos encaminhar qual será essa reunião, qual será o seu tamanho, qual será a pauta específica, sem derivação.

Essa sistematização pode ser feita em uma precomissão, para depois ser proposta e aprovada, de forma mais horizontal possível, mais participativa possível, para que a gente saia desse sucateamento.

Perdão, mano, mas não está atendendo à lei e não está atendendo ao público, apesar de o quantitativo mostrar o contrário. Não é isso que estamos ouvindo dos coletivos com os quais temos oportunidade de conversar nas quebradas.

Acho que precisamos entender esse debate de forma mais ampla, em formato de conferência ou qualquer outro formato, mas que tenha um encaminhamento oficial, para que o Executivo – e o Secretário – entenda que será necessário mexer nisso, mudar algumas coisas,

ampliar a participação e não criar exclusões, como, por exemplo, a exclusão digital, a operacional e essa dependência direta de empresas, que já mencionamos aqui.

Então, a conversa que eu defendo é ampla, em formato de conferência, mais participativa.

O SR. PRESIDENTE (Dheison Silva) – Obrigado, MC Who.

Primeiro, o seguinte: já está provado que este debate não se esgota nesta audiência pública. Pelo contrário, acho que ele é apenas um pontapé inicial para o amplo trabalho que precisamos fazer.

Quero já convidar o Cavanha para participar conosco, no ano que vem, das reuniões da Subcomissão de Cultura, que é um espaço importante.

Quero fazer algumas considerações. A primeira é que podem contar comigo. Vou pedir para a nossa equipe analisar o projeto e vamos colocá-lo para tramitar o mais rápido possível na Câmara Municipal de São Paulo.

Acho fundamental reconhecer essa galera que está fazendo a diferença nas periferias de São Paulo – a galera das batalhas de rima, dos *slams* –, que está fazendo a diferença na cidade.

Se há hoje uma juventude militando na cultura, devemos muito a essas pessoas, como o Jesus, como a Poeta e tantos outros artistas e agitadores culturais da nossa cidade.

Precisamos, sim, ter uma lei e reconhecer o trabalho fundamental que estão fazendo com as batalhas em todos os cantos da cidade. Não há um distrito desta cidade em que você vá e não encontre uma batalha de rima ou um *slam* funcionando nos territórios periféricos.

Então, é fundamental que possamos fazer isso.

Sobre a questão da educação, que a Tabata mencionou, tenho tramitando nesta Casa um projeto denominado “São Paulo de Dandara e Piatã”, justamente para referendar aspectos da Lei nº 10.639/2003 e também da Lei nº 11.645/2008.

Essas leis tratam da inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. A Lei nº 11.645/2008, que versa sobre povos originários, é menos conhecida que a primeira, mas também é fundamental.

Então, estamos tramitando esse projeto na Casa, e considero isso muito importante neste

momento.

Só para dizer, Cavanha: quero dialogar com você. Primeiro, sobre a Subcomissão. Este Vereador que lhe fala – e acho que foi o espírito desta Mesa e de todos que falaram – não está se colocando em oposição à Secretaria Municipal de Cultura. Tenho falado para o Pedro Leão e para o Totó. Pelo contrário, queremos construir um caminho juntos.

Reconhecemos que a cidade de São Paulo tem importantes políticas públicas. A cidade, com suas leis de fomento, é uma referência nacional. A questão – e o Rafael falou sobre isso – é que queremos que todos os nossos fomentos sejam executados.

O Totó foi muito questionado na audiência pública justamente por isso, porque temos fomentos que foram zerados.

Não sou contra, gente. Repito isto em todo lugar: sou um grande defensor da Virada Cultural, que completou 20 anos, perpassou governos de diferentes matizes ideológicos e porque mostrou que a cidade de São Paulo tem espaço para uma política pública como essa. O problema é achar que a cultura se restringe à Virada Cultural e aumentar muito o seu orçamento, como aconteceu neste ano, enquanto temos fomentos zerados ou executados parcialmente – de 30%, de 40% –, sendo que o ano fiscal já está acabando.

A grande realidade é que vamos terminar o ano com várias leis de fomento sem execução de 100%, com alto grau de remanejamento. E isso não pode acontecer. Estamos falando de leis aprovadas por esta Casa ao longo de sua história e que precisam ser executadas pela Secretaria Municipal de Cultura. Lei se cumpre. Não existe isso de cumprimento parcial. A Secretaria Municipal de Cultura não está cumprindo integralmente a lei na cidade de São Paulo.

Esta é a nossa reivindicação: queremos que as leis de fomento sejam executadas e, inclusive, ampliadas. Em pleno 2025, com orçamento recorde, não dá para dizer que não há dinheiro para executar a política pública de cultura. Há dinheiro.

Como disse o Rafael, trata-se de uma escolha política. E quando se escolhe que determinado fomento terá recursos e outro não terá, seja o hip-hop, o forró ou as comunidades de samba, culturas periféricas estão sendo silenciadas.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 41

REUNIÃO: 21557 DATA: 26/11/2025 FL: 38 DE 38

Portanto, este debate não se esgota aqui.

Estamos realmente no limite do fechamento; precisamos encerrar às 22h.

Quero agradecer à Carmem e ao pessoal da Comissão de Finanças, que ficou aqui até este horário. Agradeço também a todos que ajudaram e assessoraram no dia de hoje.

Boa noite a todos e todas. Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.